

**PERCEPÇÕES SOBRE OS PAPEIS SOCIAIS DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES
NO TRABALHO DO CUIDADO**

ADRIANA VILLANOVA DE ALMEIDA

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ - ESALQ

HELIANI BERLATO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

PERCEPÇÕES SOBRE OS PAPEIS SOCIAIS DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DO CUIDADO

RESUMO

A desigualdade de gênero como uma construção social é um fato amplamente discutido pelas teorias feministas. Nos últimos anos vem se destacando também uma crítica ao trabalho do cuidado como uma tarefa “naturalmente” designada às mulheres, mas que boa parte das vezes as impede de exercer uma atividade produtiva, sobrecarregando-as e reforçando sua dependência financeira. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é identificar a percepção de mulheres sobre o trabalho do cuidado e suas influências nos papéis sociais. A pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa e foi elaborada a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com oito mulheres casadas, com filhos e que exercem atividade remunerada fora do lar, no intuito de compreender suas percepções em relação aos seus papéis na esfera do cuidado. Os resultados demonstram um avanço na compreensão feminina em relação ao cuidado como trabalho, apesar de uma visão ainda equivocada sobre a postura masculina, supervalorizando qualquer tipo de ajuda recebida do parceiro, demonstrando que a promoção do equilíbrio na divisão dessas atividades ainda está distante de acontecer.

Palavras-chave: trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico não remunerado.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho do cuidado ou de reprodução da vida vem despertando o interesse dos estudos feministas e de gênero já a algumas décadas, apesar disso o termo ainda não possui uma definição consensual, pois pode remeter a vários significados, além de apresentar uma transversalidade com diferentes áreas de pesquisa, tais como a saúde, direito, economia, sociologia, entre outras. (Ribeiro, 2018).

O campo do cuidado extravasa a esfera privada e traz implicações sociais, que envolve também o Estado. Mais do que isso, ao questionar o trabalho doméstico não remunerado, os estudos feministas evidenciam a complexa relação entre trabalho produtivo e trabalho doméstico. (Sorj, 2021). Historicamente o ato de cuidar vem sendo compreendido como uma atribuição inerentemente feminina, nessa perspectiva, as atividades domésticas foram sempre vistas como um atributo natural das mulheres, longe de serem consideradas um trabalho e entendidas como um ato de amor. (Federici, 2019).

O trabalho não remunerado desenvolvido pelas mulheres e que também pode ser denominado como trabalho do cuidado, envolve as tarefas domésticas, os cuidados infantis e os cuidados em fim de vida. É importante destacar que nem todas as mulheres se envolvem nesses três tipos de trabalho da mesma maneira, pois a depender da raça e classe social, isso se dá de maneira diferente. (Jung e O'Brien, 2019).

De todo modo é inconcebível pensar uma sociedade sem o trabalho do cuidado, isso porque o cuidado não se restringe as fases específicas da vida, como infância e velhice, ele está presente nas atividades diárias de alimentar, limpar, educar e proteger. (Borges, 2020). Sendo assim, é possível afirmar que o trabalho doméstico contribui para a formação da força de trabalho, ou seja, o trabalho produtivo dos homens sempre ocorreu por meio do suporte oferecido pelo trabalho doméstico das mulheres, e o fato de ter sido naturalizado como algo que

faz parte da essência feminina, fortalece o senso comum de que ele deveria ser exercido por amor, dispensado de remuneração. (Federici, 2019).

O trabalho de reprodução da vida foi e permanece sendo compreendido como um dever feminino, realizado de forma gratuita, apesar de fundamental para a sociedade. (Fraser, 2019). Essa divisão sexista do trabalho contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero, que determina papéis femininos e masculinos a partir de construções sociais. (Scott, 2019). De acordo com Simone Beauvoir (1967), “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, portanto, grande parte das “aptidões” consideradas femininas, são impostas pela sociedade, dentre elas obviamente, o cuidar.

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho não sustentou o pressuposto feminista de que o trabalho remunerado iria promover a emancipação feminina, muito pelo contrário, depois de quatro décadas de trabalho fora de casa, as mulheres assumiram o segundo turno. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019; Federici, 2019). Os papéis sexuais e o mito do masculino/feminino, leva as mulheres a uma dupla jornada de trabalho e a uma carga mental também excessiva. (Haicault, 1984).

Discussões sobre a invisibilidade do trabalho do cuidado vem ganhando espaço na sociedade, tanto é que um dos desdobramentos do objetivo sobre igualdade de gênero para o desenvolvimento sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), é justamente a responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família. Em 29 de outubro de 2023, a ONU também celebrou o primeiro dia destinado a conscientização da importância do cuidado, como forma de reforçar que o cuidado com afazeres domésticos, crianças e idosos recaem desproporcionalmente sobre as mulheres e, portanto, são fundamentais serem repensados e redistribuídos, a fim de promover igualdade de gênero. (ONU, 2023).

Apesar da convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) datada de 1981, propor o combate à discriminação no ambiente de trabalho, relacionada às responsabilidades familiares, envolvendo tanto homens como mulheres, a adesão brasileira a essa convenção só foi proposta para votação pela Câmara dos Deputados em 2023. Esse documento orienta os países a adotarem ações que impeçam que as demandas familiares representem um impedimento ao ingresso e permanência das mulheres no mercado de trabalho. (Portal de notícias da Câmara dos Deputados, 2023). Existe um reconhecimento por parte dessa convenção de que o cuidado de reprodução da vida impacta diretamente no trabalho produtivo, levando muitas vezes a mulher a renunciar ao trabalho remunerado reforçando sua dependência financeira e conseqüentemente sua vulnerabilidade.

Ao responsabilizar somente as mulheres pelo trabalho do cuidado, olhando para os papéis de homens e mulheres de maneira diferente na sociedade, naturaliza-se a desigualdade. A desigualdade de gênero não é uma questão feminina, é uma questão que envolve homens e mulheres, e a literatura nos mostra que se trata de um fato construído socialmente ao longo da história. (Beauvoir, 1967; Berger e Luckmann, 2004; Fraser, 2019; Scott, 2019).

A relevância da pesquisa se dá na necessidade de se avançar nas discussões de gênero relacionadas ao cuidado, buscando a reconstrução dos papéis sociais do feminino e do masculino, com vistas a alcançar uma adequada redistribuição do trabalho do cuidado, contribuindo desse modo para promoção do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº5 da (ONU), em seu desdobramento 5.4, que se refere a reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado desenvolvido pelas mulheres, por meio de políticas públicas e de responsabilidade compartilhada dentro do lar.

Diante da importância evidenciada do trabalho do cuidado desenvolvido majoritariamente pelas mulheres, o estudo se propõe a responder a seguinte questão: Como as mulheres casadas compreendem seus papéis sociais na esfera do cuidado? O objetivo da pesquisa é identificar a percepção de mulheres sobre o trabalho do cuidado e suas influências nos papéis sociais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gênero, construção social e divisão sexual do trabalho

O gênero é um conceito social e cultural construído ao longo do tempo a partir do que a sociedade entende como sendo comportamentos masculinos e femininos, essa forma de pensar o papel da mulher como diferente do papel do homem, implica barreiras difíceis de serem superadas. (Cardoso, Saraiva e Ceribelli, 2022).

A tradição de um papel pessoal determina o tipo de comportamento a ser expresso, todo indivíduo está o tempo todo desempenhando um papel em sua vida cotidiana, historicamente a superioridade natural do homem reforça a inferioridade do papel feminino, refletindo nas responsabilidades que cada um assume socialmente. (Goffman, 2002). O sexo biológico influencia nossas escolhas e possibilidades em razão das regras sociais vigentes, tecendo uma complexa trama entre nossos desejos, possibilidades, limitações e ações (Madalozzo, 2024).

A realidade e a legitimação são socialmente definidas, e isso determina porque um indivíduo deve realizar algumas atividades e não outras. Do mesmo modo, em qualquer análise a ser feita do mundo social fica claro que o homem é produto do meio e o mundo social também é produto humano, sendo assim, ele pode ser refeito. (Berger e Luckmann, 2004).

Hirata e Kergoat (2007), discutem modelos de vínculo social que representam as relações entre as esferas domésticas e profissionais, onde os papéis assumidos pelo homem e pela mulher podem configurar o modelo tradicional, já amplamente conhecido, de homem provedor; o de conciliação, em que a mulher é responsável por equilibrar a atividade produtiva juntamente com as atividades de cuidado; o modelo de delegação, que substituiu ou complementa o de conciliação e finalmente o modelo de parceria, que prevê uma divisão mais igualitária de tarefas.

A estrada percorrida pelas mulheres rumo ao trabalho remunerado e a família tem sido um percurso árduo e repleto de bloqueios, manter um emprego com horas exigentes e atender as demandas da família 24 horas é algo desafiador, a prestação de serviços de cuidados se mostra crítica para a atuação feminina no mercado de trabalho e ao mesmo tempo essencial para a economia (Goldin, 2024).

O “equilíbrio entre trabalho e família” e a “pobreza de tempo” são aspectos associados ao trabalho de reprodução social que vão resultar na “crise do cuidado”, cuja raiz é a contradição socio-reprodutiva, que consiste na subvalorização das bases para a acumulação de capital, proporcionada pelo trabalho de cuidado, apesar de existir uma relação de total dependência entre acumulação ilimitada e reprodução social, uma contradição silenciosa que compromete as bases das quais depende o capital (Fraser, 2020).

No espaço econômico, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres é desigual por não abordar o trabalho invisível desempenhado pelas mulheres, por essa razão o aporte teórico da economia feminista é necessário a fim de enxergar o trabalho de maneira abrangente considerando o trabalho doméstico e de cuidado, ignorado pela economia tradicional (Fernandez, 2019).

Fraser (2020), denomina a “família de dois ganhadores de dinheiro”, que reduz a capacidade desses em se envolver com as atividades de cuidado ao mesmo tempo que não os remunera de maneira suficiente para terceirizar essas demandas, mercantilizando o cuidado para quem pode pagar e tornando quem não pode dependente de políticas públicas insuficientes.

Considerando os papéis de gênero e o aumento progressivo da inserção das mulheres no mercado de trabalho, observa-se também o modelo conceitual da dual career, representado pelo novo papel feminino na sociedade em que marido e mulher saem de casa para trabalhar, mantendo o desejo de constituir família e desenvolver a carreira. (Berlato e Correa, 2017). No entanto é preciso destacar que nem todo casal que trabalha representa o conceito de dual career, isso porque, na literatura sobre trabalho-família, adota-se uma distinção entre carreira (alto

status) e emprego assalariado. (Duxbury et al, 2017). Portanto, destaca-se que nesse estudo foi adotado o conceito de casais com rendimentos duplos, independentemente do conceito de carreira.

2.2 Abordagens da teoria feminista e os papéis sociais

O feminismo envolve uma série de movimentos em busca da igualdade entre homens e mulheres, a partir da percepção coletiva dessas em relação a opressão e dominação masculina. Há várias correntes feministas, dentre elas as liberais, centradas nos direitos iguais de homens e mulheres; as feministas radicais que buscam olhar para a opressão feminina oriunda do patriarcado; as feministas marxistas, que enxergam o capitalismo como fonte da desigualdade; as feministas culturais, que abordam questões mais amplas de justiça social contemporânea e por fim, mas não menos importante as feministas negras, que abrem as discussões de recorte racial e dão origem a corrente interseccional. (Melo e Thomé, 2018).

Todos os movimentos feministas, cada um com suas especificidades e divergências, permanecem contribuindo no que se refere as questões relacionadas ao gênero e aos papéis sociais. Esse estudo apoia-se nos movimentos feministas em sua busca de ampliar o conceito de trabalho, jogando luz e proporcionando visibilidade ao trabalho determinado pelo gênero, que se mostra indispensável a sociedade capitalista, apesar de não remunerado. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). As pesquisas feministas do final da década de 1970 passaram a promover a valorização do trabalho feminino na sociedade, tanto na esfera doméstica como de reprodução. (Melo e Thomé, 2018).

O grande dilema das atividades do cuidado é que elas foram impostas as mulheres como uma característica da natureza feminina, portanto destinado a não ser considerado um trabalho, pelo fato de não ser remunerado. (Federici, 2019).

As feministas de segunda onda levantaram uma crítica integrada entre economia, cultura e política, onde o foco foi o androcentrismo, a divisão sexista do trabalho e suas conexões com a naturalização das atividades do cuidado como responsabilidade da mulher (Fraser, 2019; Mariano e Molari, 2022). Desse modo, a divisão sexual do trabalho deve ser vista a partir de duas perspectivas: a primeira da separação, onde entende-se que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e a segunda da hierarquização, onde costuma-se designar aos homens às atividades produtivas, que conferem maior valor social. (Hirata e Kergoat, 2007).

A desvalorização do trabalho doméstico e a idealização do trabalho remunerado são faces de uma mesma moeda e representam uma questão de classe, pois é a mulher pobre da classe trabalhadora que vai permitir a mulher de classe média ampliar suas possibilidades de atuação no mercado e construção de carreira a partir da prestação de serviços domésticos e de cuidado (Miguel e Biroli, 2014).

Portanto, é preciso considerar que a divisão sexual do trabalho atinge de maneira diferente o gênero feminino, a depender da raça e classe social. Pois uma vez que mulheres instruídas e de classe social mais elevada começam a exercer atividades produtivas em tempo integral, surge a necessidade de “externalizar” as atividades do cuidado à outras mulheres, recorrendo a uma força de trabalho precarizada, formada por mulheres pretas, pobres, com baixo grau de instrução. (Hirata e Kergoat, 2007). Trata-se do fenômeno da interseccionalidade, ou seja, as relações que envolvem raça, classe e gênero não se apresentam de forma excludente, elas se sobrepõem e afetam os aspectos da vida social como um todo. (Collins e Bilge, 2021).

A distinção entre o público e o privado mantém relações de autoridade que dificultam a autonomia das mulheres, relações de injustiça no ambiente doméstico vão impactar o acesso das mulheres ao trabalho remunerado, ao mesmo tempo que vão liberar os homens para se dedicar as exigências profissionais, resultando em melhor remuneração para eles, ampliando a

desigualdade de gênero, o mundo do trabalho se estruturou através da premissa de que trabalhadores tem esposas em casa cuidando do trabalho doméstico (Miguel e Biroli, 2014).

Apesar das contribuições das teorias feministas, o desenvolvimento de políticas públicas centradas na igualdade de gênero, se mostram insuficientes. (Mariano e Molari, 2022). A mesma coisa pode-se dizer das práticas organizacionais, visto que as mulheres não estão excluídas da vida profissional, porém estão sempre priorizando as responsabilidades familiares e sofrendo diversos tipos de discriminação no ambiente laboral, que envolvem as diversas práticas de gestão de pessoas, desde salários menores, discriminação em processos seletivos, menores oportunidades de ascensão na carreira entre outros. (Nardes, Gallon e Fraga, 2023).

3. METODOLOGIA

O estudo buscou identificar a percepção de mulheres sobre o trabalho do cuidado e suas influências nos papéis sociais, para isso foi adotada uma abordagem qualitativa, que visa dar sentido e significado aos fenômenos sociais, considerando seu papel político e sua capacidade de produzir conhecimento sobre o mundo, ao tratar de questões persistentes e emergentes de justiça social e gênero, o foco está em interpretar uma situação identificando o significado atribuído a um problema social (Denzin e Lincoln, 2018; Creswell, 2010).

Trata-se de uma abordagem construcionista, pois busca compreender a experiência dessas mulheres a partir de uma dimensão sociocultural, visto que essas experiências não são isoladas e estão frequentemente sendo modificadas a partir de discursos e práticas sociais, admitindo-se que as questões de gênero envolvem aspectos culturais, sociais e históricos que estão em constante evolução.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas de forma presencial e online, permitindo se aprofundar nas experiências das mulheres participantes da pesquisa. A escolha da amostra foi por conveniência e contou com 8 mulheres que aceitaram participar da pesquisa e se encaixaram no perfil social que o estudo buscava compreender: mulher casada, com filhos exercendo atividade remunerada, pertencente a classe média baixa. Esse critério foi definido com base na literatura, que indica que a escolha de casar e ter filhos implica uma dupla jornada para as mulheres de baixa renda, uma vez que a possibilidade de delegar as tarefas domésticas é relegada a famílias mais ricas, portanto a provisão do cuidado se apresenta de maneira diferente, a depender da classe social. (Melo e Thomé, 2018; Sorj e Fontes, 2012).

Foram realizadas oito entrevistas no período de 26 de junho a sete de julho de 2024, dessas apenas uma delas foi presencial, o restante das entrevistas ocorreu de forma online através da plataforma Google Meet. As entrevistas foram gravadas através do gravador de voz do celular e transcritas com o auxílio do Microsoft Word e sua ferramenta ditar, do pacote office 365.

Os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios conforme proposto por Bardin (1977). A entrevista foi estruturada em quatro seções, a primeira seção abordou dados sociodemográficos, como idade, estado civil, quantidade de filhos, atividade remunerada, raça e renda familiar, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Perfil dos sujeitos da pesquisa

| Nome | Idade | Nº filhos | Idade filhos | Raça | Escolaridade | Profissão | Renda familiar |
|---------|-------|-----------|--------------|--------|----------------|--------------|----------------|
| Aline | 31 | 2 | 4 e 11 | Parda | 2º grau / Téc. | Porteira | 3,5 salários |
| Cláudia | 33 | 1 | 1,8 meses | Branca | Pós grad. | Gerente | 4 salários |
| Marta | 24 | 1 | 7 | Preta | 2º grau | Op. Log. | 3 salários |
| Diana | 30 | 2 | 9 | Branca | 2º grau | Atendente | 4 salários |
| Paula | 28 | 1 | 10 meses | Branca | Pós grad. | Recepção | 3 salários |
| Rosana | 25 | 1 | 3 | Parda | 2º grau | Caixa | 3 salários |
| Fabiana | 40 | 2 | 18 e 4 | Branca | 2º grau | Aux. Fin. | 3 salários |
| Tânia | 26 | 1 | 8 | Parda | Sup. Incomp. | Social Mídia | 5 salários |

A segunda seção abordou o trabalho reprodutivo com questões referentes a responsabilidades com a casa e com os filhos, a terceira seção abordou a divisão sexual do trabalho, com questões relacionadas a carga mental e equilíbrio na divisão do trabalho do cuidado dentro do lar. A quarta sessão envolveu questões referentes ao trabalho remunerado, como escolhas profissionais, dupla jornada e descanso aos finais de semana.

Antes de iniciar a pesquisa, as participantes foram informadas quanto ao objetivo do estudo e sigilo de suas identidades, além da necessidade de gravar as entrevistas para posterior transcrição. Todas deram seu consentimento em relação a esses termos.

O tratamento dos dados se deu através da análise de conteúdo de Bardin (1977), na perspectiva de desvendar variáveis históricas e sociais buscando extrair informações adicionais do discurso por meio de uma leitura flutuante preliminar, explorando o material a partir dos seguintes eixos temáticos: trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho e trabalho remunerado. Partindo-se do pressuposto de que ao internalizar o cuidado como uma responsabilidade inerentemente feminina as mulheres não o julgam como trabalho, foram feitas inferências e interpretações sobre suas percepções à luz literatura.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Trabalho reprodutivo

A primeira pergunta buscava compreender se as participantes compreendem as atividades do cuidado com a casa e com os filhos como um trabalho. Esse questionamento é importante pois o trabalho feminino sempre foi subvalorizado ao longo da história (Szczyglak, 2022), a literatura econômica ignorou por muito tempo o trabalho reprodutivo exercido no âmbito familiar, determinando como trabalho, apenas aquele exercido na esfera de produção assalariada (Melo e Thomé, 2018).

Quase a unanimidade das mulheres entrevistadas demonstraram consciência de que as atividades de cuidado representam um trabalho, Aline afirma em sua fala que tem dois trabalhos, um fora e outro dentro do lar:

*“[...] Eu trabalho aqui 12 horas, daí eu chego em casa seis e pouco. Aí tenho que colocar as duas (filhas) para tomar banho, fazer o jantar para o marido, separar a roupa do marido trabalhar, depois eu passo a roupa. Daí eu vou cuidar de mim, tomar meu banho aí, isso já é dez horas da noite. **É trabalho sim**, depois no outro dia tem casa para limpar, roupa para lavar, levar as meninas na escola, buscar. Se tiver atividade de escola faço junto com elas. É dois trabalhos”.*

“[...]É um trabalho que a gente não para nunca!” (Fabiana)

“[...]Considero um trabalho, bem exaustivo ainda.” (Cláudia)

As palavras “exaustivo” e cansativo” foram evidenciadas como um adjetivo para esse tipo de trabalho exercido dentro do lar. O discurso representa a sobrecarga vivenciada pelas mulheres que assumem o trabalho fora e dentro de casa. (Melo e Thomé, 2018). A exaustão feminina reforça a necessidade de uma mudança mais acelerada nas configurações sociais, na vida privada e na percepção das próprias mulheres sobre esse contexto (Tonelli, 2023). Entretanto, essa mudança não irá ocorrer “desconectada de uma divisão do trabalho concreta”. (Kergoat, 2009).

Diana se mostrou em dúvida ao responder se considerava as atividades de cuidado, como um trabalho:

“[...] Em certas partes é sim...”

E somente Tânia, disse não considerar um trabalho, apenas um “afazer”.

Essa visão se deve ao fato da naturalização e imposição dessas atividades na sociedade como sendo femininas, desempenhadas de maneira gratuita e por amor. (Melo e Thomé, 2018). Encarar o cuidado como um trabalho implica uma mudança cultural e social, bem como uma valorização de quem o executa, no caso as mulheres, incluindo aqui todas as atividades de suporte ao trabalho produtivo e remunerado. (Fontoura, 2023). Na visão de Federici (2019), o trabalho feminino foi incorporado nas fábricas, nas escolas e em outros ambientes sem a devida valorização, pois se os homens e as crianças retornam todos os dias alimentados, com a roupa lavada e passada é porque uma mulher trabalhou, então isso não pode ser chamado apenas de afeto, é trabalho não remunerado.

Ao ser evocada a palavra “responsabilidade” de manter a casa em ordem, as mulheres participantes da pesquisa foram quase unânimes em citar a palavra “ajuda” para descrever o comportamento dos parceiros, mesmo quando responderam que o trabalho era dividido e não se responsabilizavam totalmente por essas atividades, a palavra “ajuda” apareceu em todas as respostas. Ficou claro em todas as entrevistas que as mulheres enaltecem qualquer participação masculina nas atividades do cuidado, inclusive se sentem orgulhosas em relatar a “ajuda” dos parceiros nessas tarefas, supervalorizando-os, como se fizessem algo que está além de suas responsabilidades. (Mota-Santos, Azevedo e Lima-Souza, 2021).

A grande maioria das entrevistas se autodeclarou a responsável pelas atividades do cuidado:

*“[...]O meu marido me **ajuda**, mas a principal responsável realmente sou eu.” (Aline)*

*“[...]Então aqui é bem dividido. O meu marido nessa parte me **ajuda** muito” (Fabiana).*

*“[...] É, um pouco mais, sempre vai pro lado da mulher, mas o meu marido me **ajuda** bastante.” (Rosana)*

Essas falas reforçam que, apesar da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças ocorridas nas últimas décadas, a responsabilidade pelas atividades do cuidado é das mulheres, e a participação dos homens nas tarefas domésticas vem evoluindo de maneira lenta. (Fontoura, 2023). A participação masculina é colaborativa, nunca uma responsabilidade, qualquer modificação nos papéis de gênero precisa ir muito além de uma mera ajuda (Ribeiro et al, 2023).

A entrevistada Cláudia foi a única que demonstrou uma visão bastante diferente das demais em relação as responsabilidades de cuidado em seu lar, se considerando com muita “sorte” e uma “exceção” em suas palavras:

“[...] Hoje é mais do meu marido (a responsabilidade). Ele embora, ele trabalha 12 horas, então ele trabalha mais do que eu. Só que ele chega em casa às 4, eu chego em casa às 9, então ele fica com meu filho das 4 às 9, sozinho. E aí nesse meio tempo ele

acaba fazendo meio que de tudo. Aí no final de semana nós 2 dividimos, mas ainda a maior parte eu ainda falo que é dele, por incrível que pareça. Eu tive uma sorte grande. É uma exceção total.” (Claudia).

Quando a responsabilidade do cuidado se refere aos filhos, a situação não se mostra muito diferente. Pois no geral, cabe ao pai também uma “ajuda” com os filhos, ficando mais responsáveis pelas atividades de lazer. (Mota-Santos, Azevedo e Lima-Souza, 2021, Ribeiro et al, 2023). É preciso desmistificar que o cuidado com os filhos está codificado geneticamente no DNA feminino (Szczyglak, 2022), de fato as únicas atividades exclusivamente femininas são a gravidez e a amamentação (Mota-Santos, Azevedo e Lima-Souza, 2021). Porém, as próprias mulheres se auto responsabilizam pelo cuidado, em nome do amor e do dever maternal (Kergoat, 2009).

“[...] Dentro de casa sou eu, né! Comida, roupinha, tudo. Meu marido me ajuda muito assim, ele leva para a escola, busca. Se tiver que levar no médico quando estou trabalhando, ele também vai. E quando precisa de ajuda com as filhas, ele é bem prestativo.” (Aline)

O discurso das entrevistadas revela o quanto as mulheres impõem-se a responsabilidade do cuidado, buscando cumprir normas sociais estabelecidas historicamente, em razão da construção do ato social de cuidar como um fato biológico. (Guedes e Daros, 2009).

“[...] Quando eu chego, eu já vou para o fogão, já quero fazer a comida. Porque eu acho que mulher já é mais prestativa mesmo, né? Deus acho que já colocou isso na gente já, mais prestativa com a família.” (Aline)

“[...] Sim a responsabilidade com as meninas é mais minha. Querendo ou não é mais a mãe né.” (Diana)

Todas as entrevistadas contam ou já contaram com ajuda externa eventual ou diária no cuidado com os filhos, essa ajuda externa é advinda por parte da mãe ou da sogra e se concentra em levar ou buscar a criança na escola/creche, cobrir o período em que não tem aula e os pais estão trabalhando, ou simplesmente para dar um suporte no descanso dos pais. De acordo com Sorj e Fontes (2012), essas redes de solidariedade parental, concentradas essencialmente nas avós e frequentemente presente nas famílias de baixa renda, representam um importante papel na rotina das mães de crianças pequenas que trabalham fora.

4.2 Divisão sexual do trabalho

Sobre o equilíbrio na distribuição das atividades domésticas e de cuidado, a entrevistada Aline trouxe uma importante reflexão no que se refere ao fato de que essas responsabilidades recaem sobre as meninas desde crianças, no seio da família, que é o espaço de construção de identidades, onde se aprende o que é ser “homem” e ser “mulher”. (Guedes e Daros, 2009).

*“[...] Na sociedade, infelizmente, ainda hoje os **meninos não são criados para fazer tarefas domésticas**. Geralmente a menina que é criada né?” (Aline)*

O conceito de bem-estar social deve incluir dentre outras coisas, garantia de cuidados às crianças, através de creches e escolas, oferta de emprego às mulheres e incentivos à distribuição justa de atividades de cuidado entre homens e mulheres. (Sorj e Fontes, 2012).

Tania relata que se sentia muito cansada por assumir as responsabilidades com a casa e com o filho sozinha, e isso era motivo de conflitos entre o casal, o que a levou a tomar uma

atitude em relação ao comportamento do parceiro afim de tornar mais equilibrada a divisão de tarefas entre o casal:

*“[...] Este ano eu sinto que melhorou assim, cerca de 70%. Meu marido começou a me ajudar mais. Eu tive uma conversa bem franca com ele, **porque era tudo eu que fazia, lavava, passava, fazia comida.** Aí a partir desse ano a gente foi distribuindo e está dando super certo. Aí eu sentia um **cansaço** muito esgotante, agora é distribuído, dava muita briga em casa, essas coisas aí eu tive uma conversa e foi decidido de a gente fazer tudo divididinho.” (Tania).*

Boa parte dos homens não se sentem aptos a assumir seu papel na esfera do cuidado, acreditam que as mulheres desempenham melhor esse papel (Mota-Santos, Azevedo e Lima-Souza, 2021), possivelmente porque historicamente a construção da identidade de gênero masculina se deu a partir da distância estabelecida do campo do cuidado. (Sorj e Fontes, 2012).

Diana relatou que considera equilibrada a divisão de tarefas em sua casa, mas se contradiz ao legitimar que a responsabilidade com os filhos sempre é mais das mães e que as atividades de planejamento são dela, porque além de gostar, ela acredita que a “mulher sabe mais o que precisa em casa”.

Cláudia acredita que o marido “se sacrifica mais” em relação às atividades do cuidado, porém ela “justifica” esse fato:

*“[...] Então, o horário dele, querendo ou não, ele sai de casa às 4:00 da manhã, né, e vai dormir 11 horas, meia-noite. Então assim, eu ainda acho que ele acaba sacrificando mais, mas eu tenho mais tempo de casa, então eu estou aqui no meu emprego há quase 15 anos já, então **eu acabo sendo o maior salário em casa. Então ele que meio que tem que se sacrificar,** porque aqui eu não tenho como. Eu não tenho como abrir mão daqui que é hoje, que acaba sustentando a casa, a maior parte da casa.” (Claudia).*

Um estudo conduzido por Mota-Santos et al (2019), sugeriu que as mulheres que apresentam uma maior contribuição com as despesas da casa, tendem a negociar menor participação nas atividades do cuidado. A mulher contemporânea capaz de contribuir com o orçamento familiar ou até mesmo assumir as despesas sozinha, promove um compartilhamento entre os papéis masculinos e femininos.

Paula considera justa a divisão de atividades durante a semana, inclusive o fato dela e do parceiro trabalharem em horários diferentes, ela no período comercial e ele durante a noite, facilita a dinâmica do casal, em sua opinião, ele fica com a limpeza e ela faz a comida. Mas aos domingos, que estão os dois em casa, ela disse que gostaria de poder dormir um pouco mais, igual ao parceiro, porém a filha do casal, uma bebê de 10 meses acorda cedo, inclusive ela e o parceiro, já chegaram a conversar a respeito disso., para revezar os domingos:

“[...] Mas ela nunca fica com ele, então eu acabo acordando também, porque se ela chora, se ela faz alguma coisa, a mãe não dorme, então...” (Paula).

Fabiana destaca a importância do envolvimento de todos com as tarefas domésticas, ela ressalta que o filho de 18 anos tem suas obrigações em casa também.

No que se refere as atividades de planejamento e gestão do lar, as mulheres também são as responsáveis em ampla medida, assumindo toda a carga mental que isso representa (Szczyglak, 2022). Obviamente as mulheres sabem mais o que precisa em casa, ora se são elas que cozinham, cuidam das crianças e assumem todas as responsabilidades, elas reforçam a posição de inabilidade masculina.

Paula relata que o parceiro não toma iniciativa:

“[...] Às vezes ele espera eu fazer uma lista de compras para ele poder ir ao mercado. Ai se ele vai no mercado com a lista, ele nunca traz o que está na lista. Então assim, é tudo eu mesma.” (Paula).

“Sempre eu que estou olhando, distribuindo o que tem que fazer”. (Tânia)

4.3 Trabalho remunerado

As escolhas profissionais das mulheres em geral são impactadas pela maternidade, ainda que esta seja planejada. A maioria das participantes da pesquisa relatam períodos em que deixaram de trabalhar após o nascimento dos filhos para se dedicarem exclusivamente ao cuidado. É comum as mulheres distanciarem-se de seus projetos e renunciarem as suas próprias escolhas em prol de cuidarem, dos filhos, da família ou até mesmo de um familiar doente (Guedes e Daros, 2009). A provisão de creches e escolas é fundamental para inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho (Sorj e Fontes, 2012). A entrevistada Aline relata que as filhas frequentam escola de tempo integral, e segundo ela é o que possibilita ela ter um tempinho para ela nos dias em que está de folga do trabalho remunerado, após executar as atividades domésticas enquanto as meninas estão na escola.

Diana também deixou de trabalhar por dois anos quando as filhas gêmeas nasceram, inclusive ela relata de ter pedido para ser dispensada. Além disso, quando resolveu voltar ao mercado de trabalho, que representa um local de construção diária de desigualdades entre homens e mulheres (Maruani, 2009), ela recorda a discriminação vivenciada por mães com filhos pequenos.

*“[...] Muitas vezes quando eu fui fazer entrevista, a maioria das vezes a pessoa falava: Ah eu vou te ligar. Ai, você tem filho pequeno né? **Que acontece muito de deixar de contratar as mães porque tem filho pequeno.**” (Diana)*

A pesquisa sobre estatísticas de gênero conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2021) revela que o nível de ocupação de mulheres que vivem com crianças até 3 anos de idade foi 34,6% menor do que dos homens, as mulheres pretas e pardas com crianças até 3 anos em sua residência, mantem uma disparidade no nível de ocupação em relação aos homens ainda maior. (IBGE, 2021).

Fabiana relata que quando ficou grávida já existia um acordo entre ela e o marido que ela iria parar de trabalhar pelo menos por 1 ao, para amamentar, porém em razão da saúde do bebê ela acabou se ausentando por quase três anos do mercado de trabalho.

Paula que tem uma bebê de 10 meses, disse que quase não voltou após a licença maternidade, segundo ela foi muito “difícil”, e utiliza a palavra “culpa”, para descrever seu sentimento nessa circunstância:

*“[...] Até hoje, eu às vezes me sinto muito **culpada** ainda, por ter voltado a trabalhar, porque ela está na creche, e ela se dá super bem na creche, mas às vezes quando ela está com uma febre, alguma coisa que ela tem que ir embora antes, que é o pai dela que pega, então eu queria estar lá, sabe?” (Paula)*

A questão da discriminação também é destacada por Paula: “

*“[...] Eu já fiz entrevistas em outros lugares e sempre que **você fala que tem um filho, a gente já sabe que não vai passar na entrevista, principalmente por ela ser nova, muito bebê, né.**”*

Rosana, também deixou de trabalhar quando a única filha de três anos, nasceu:

“ Minha filha nasceu com o quadril deslocado e eu trabalhava a 7 anos em uma empresa e eu pedi para sair para poder cuidar dela, porque a minha sogra cuidava, minha mãe ajudava a cuidar , porque ela usou um aparelho, né, que pegava aqui o quadril, a cintura, tudo. E só podia tirar uma vez por dia. Então eu mãe, né. Ai eu conversei na empresa e pedi para sair para cuidar dela esse período que ela precisava passar por esse tratamento.” (Rosana).

Quanto ao sentimento em realizar as atividades do cuidado, a entrevistada Aline, enalteceu o fato de ter “pego gosto”, acredita ter herdado esse lado “família”, da mãe e da avó, que sempre foram “mãezonas”, em suas palavras. Ela diz que a mãe sempre a incentivou a arrumar um bom marido e constituir família.

Marta se diz “exausta”, mas “realizada” em dar conta de tudo. Ela foi a única dos quatro irmãos a terminar o 2º grau, mesmo engravidando cedo. Para ela, trabalhar fora e ter o próprio dinheiro é um grande motivo de realização.

O sentimento de não ser uma mãe boa o suficiente, ficou evidente nas palavras de Fabiana:

*“[...] Eu acho que uma parte como mãe eu **deixo um pouco a desejar** pelo fato de não poder estar com ele o dia inteiro cuidando dele, né? Porque a gente precisa trabalhar. Mas eles precisam da gente também, né?” (Fabiana)*

Paula se diz “cansada”, chegou a conversar com o parceiro há um ou dois meses atrás por conta desse cansaço, mas agora não reclama mais, após um acidente doméstico com sua filha, ela se sente agradecida de nada de grave ter acontecido, e disse não reclamar mais de cansaço.

*“[...] Hoje eu estou um pouquinho mais satisfeita por causa disso, dessa divisão. E fora que eu tenho uma grande rede de apoio né. Meu pai ajuda muito, minha mãe ajuda muito. Mas vendo outras colegas, que é só a mulher e o marido, eu vejo quanto elas estão muito mais **cansadas** que eu.” (Tania).*

Em relação ao tempo dedicado às atividades do cuidado, no geral as participantes dizem dedicar mais tempo a família do que ao trabalho remunerado. Para Aline, quando ela está em casa, o tempo não dedicado ao cuidado é apenas o período da madrugada, em que ela dorme. Ela frisa: “*Se o dia tem 24 horas, 16 horas estou me dedicando a minha casa e minha família*”.

“[...] Os cuidados com a casa eu acho que ocupa mais o meu tempo. Igual eu comentei que não para né? É sempre uma coisa ou outra. O trabalho tem um horário fixo, para você ficar, a casa já não. Vou colocar umas 8 ou 9 horas diárias, porque as vezes eu durmo bem tarde. Para ir adiantando o que pode, né, para o dia seguinte”. (Diana)

Sobre a conciliação da dupla jornada as mulheres disseram se sentir, cansadas e sobrecarregadas.

*“[...] Eu acho que a mulher é muito **sobrecarregada na sociedade**, nossa! Tipo, se a gente não trabalhar fora, a gente é **julgada**, porque não ajuda o marido. Se trabalha, também, porque os filhos ficam jogados. Então, assim: você tem que trabalhar, você tem que cuidar do marido, você tem que cuidar dos filhos, e assim mesmo é julgada.” (Aline)*

“[...] A gente tenta dar o melhor, né? É tanto no trabalho quanto em casa”. (Fabiana)

A respeito de ter um tempo para si, Aline menciona que só é possível se tiver uma ajuda externa, no caso a sogra, que eventualmente pega as meninas. Diana relata que que tira um

tempinho de lazer aos domingos, mas no sábado ela precisa finalizar a roupa. Cláudia também recorre a sogra eventualmente para poder descansar aos finais de semana. Invariavelmente tem uma mulher oferecendo suporte.

Marta relata que os momentos de lazer são sempre com o filho, pois durante a semana o trabalho e as tarefas não permitem uma maior dedicação. Então ela afirma: “*Se perguntar: Você tem um momento só seu? A resposta é não!*”

“[...] Eu não tenho muito tempo para mim assim. Eu não tiro tempo para mim. Eu saio, faço minha unha, é o meu tempo. O resto é tudo junto.” (Fabiana)

Paula afirma que restam tarefas domésticas para o finais de semana, mas ela aprendeu que consegue dar conta da filha e dessas tarefas:

“[...] Antes, quando ela era muito bebê eu queria, mas eu não conseguia fazer nada...Ela só ficava no meu colo, e agora não, eu consegui perceber que eu consigo lavar uma roupa, com a minha filha ali, eu consigo passar um pano[...]”. (Paula).

Durante a pandemia as atividades do cuidado estiveram em evidência, e a sociedade em geral pode experimentar os desafios dessas tarefas desempenhadas dentro dos lares sem nenhum tipo de suporte externo. Porém, agora superada a pandemia, que parecia ter promovido uma importante reflexão nesse sentido (Tonelli, 2023); é preciso reforçar essa luta pela desconstrução e reconstrução do papel da mulher dentro e fora do lar, a fim de se atender a novas requisições da sociedade contemporânea e às necessidades humanas como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou as percepções de oito mulheres casadas, com filhos que exerciam atividades remuneradas e pertenciam a classe média baixa, sobre o trabalho do cuidado e suas influências nos papéis sociais. A partir da análise de conteúdo conduzida sob três eixos temáticos: trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho e trabalho remunerado, foi possível observar que as mulheres de fato são as grandes responsáveis pelas tarefas do cuidado, apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas nos arranjos familiares. As participantes da pesquisa relatam cansaço, exaustão e percebem o desequilíbrio entre a distribuição dessas atividades dentro do lar, apesar disso, supervalorizam qualquer ajuda recebida do parceiro, descrevendo-os como exceção e se sentindo privilegiadas de poder contar com a ajuda dos companheiros.

Considerando que as atividades de cuidado ou reprodução social são indispensáveis para a sociedade e designadas exclusivamente às mulheres em função de uma construção social de gênero, reforçando a desigualdade e a dependência feminina, mais discussões são necessárias acerca dessa temática e futuras investigações sobre o entendimento das mulheres sobre seus papéis nesses contextos, buscando alcançar uma interseccionalidade entre raça, classe e gênero.

Embora esse estudo não permita generalizações, observa-se uma tendência de maior participação masculina nas atividades em decorrência das pressões femininas e das novas configurações familiares, porém essa participação ocorre sem envolvimento com as atividades de planejamento, fazendo com que as mulheres assumam totalmente a carga mental que acompanha essas atividades. Portanto, longe de se esgotar o debate sobre o tema, a pesquisa contribui para enfatizar a necessidade de continuar abordando a invisibilidade do trabalho feminino de cuidado na expectativa de que a temática extravase a esfera privada configurando-se como uma questão social que requer ações de múltiplos agentes a fim de uma verdadeira readequação dos papéis sociais com vistas a uma sociedade mais igualitária em termos de gênero. Sugere-se para pesquisas futuras ampliar as entrevistas realizadas com mulheres de

outras regiões geográficas do Brasil, visto que os resultados podem revelar percepções e experiências diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
2. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.
3. BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
4. BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
5. BERLATO, H.; CORREA, K. F. A reformulation of the dual career conceptual model for analysis in an organizational scope: revealing new aspects. *Brazilian Business Review*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 225–246, 2017. DOI: 10.15728/bbr.2017.14.2.5. Disponível em: <https://bbronline.com.br/index.php/bbr/article/view/37>. Acesso em: 5 jul. 2024.
6. BORGES, M. O vírus e o invisível: a desigualdade de gênero e o trabalho de cuidado. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, edição especial, n. 1, p. 265–310, 2020. Disponível em: <https://as1.trt3.jus.br/bdtrt3/handle/11103/56022>. Acesso em: 5 jul. 2024.
7. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Governo envia à Câmara a Convenção 156 da OIT, sobre igualdade para homens e mulheres no trabalho. *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/999999-governo-envia-a-camara-a-convencao-156-da-oit>. Acesso em: 18 maio 2024.
8. CARDOSO, H. M.; SARAIVA, C. M.; CERIBELLI, H. B. Desafios de gênero e raça enfrentados pelas mulheres em seus ambientes de trabalho. *REUNA*, v. 27, n. 5, p. 66–86, 2022.
9. COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
10. CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução de Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
11. FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. [S. l.]: [s.n.], [s.d.].
12. DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *Handbook of qualitative research*. 5. ed. Los Angeles: Sage, 2018. p. 29–71.
13. DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Tradução de Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193–217.
14. DUXBURY, Linda; LYONS, Sean; HIGGINS, Christopher. Dual-income families in the new millennium: reconceptualizing family type. *Advances in Developing Human Resources*, v. 9, n. 4, p. 472–486, 2007.
15. FERNANDEZ, Bianca Prado Moraes. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? *Cadernos de Campo*, n. 26, p. 79–103, 2019.
16. FONTOURA, Nalu. Debates conceituais em torno do cuidado e sua provisão. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Lílian (org.). *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

17. FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25–48.
18. FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020.
19. GOLDIN, Claudia. *Carreira e família: a jornada de gerações de mulheres rumo à equidade*. Tradução de Denise Bottmann. [S. l.]: [s.n.], 2024. E-book.
20. GUEDES, Osvaldo de Souza; DAROS, Maria Angela. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 122–134, 2009.
21. GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
22. HAICAULT, Marie. La gestion ordinaire de la vie en deux. *Sociologie du Travail*, Elsevier Masson, ano 26 – Travail des femmes et famille, n. 3, p. 268–277, 1984.
23. HIRATA, H.; KERGOAT, D. [Autores]. [Dados incompletos – posso formatar se você me indicar o título da obra].
24. KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.
25. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. Rio de Janeiro, 2021.
26. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. [Dados incompletos – me diga qual é o documento, título ou link que você utilizou para eu poder completar].
27. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 9–24.
28. JUNG, Ashley; O'BRIEN, Karen M. The profound influence of unpaid work on women's lives: an overview and future directions. *Journal of Career Development*, v. 46, n. 2, p. 184–200, 2019.
29. MARIANO, Sônia; MOLARI, Beatriz. Igualdade de gênero dos ODM aos ODS: avaliações feministas. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 6, p. 823–842, 2022.
30. MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.
31. MELO, H. P. de; THOMÉ, D. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
32. MOTA-SANTOS, C.; AZEVEDO, A. P.; LIMA-SOUZA, É. A mulher em tripla jornada: discussão sobre a divisão das tarefas em relação ao companheiro. *Revista Gestão & Conexões*, v. 10, n. 2, p. 103–121, 2021.
33. MOTA-SANTOS, C. et al. Reforçando a contribuição social de gênero: a servidora pública qualificada versus a executiva. *Revista de Administração Pública*, v. 53, n. 1, p. 101–123, jan. 2019.
34. NARDES, L.; GALLON, S.; FRAGA, M. A. Gender washing: uma análise da (in)formalidade das políticas e práticas de gestão de pessoas em prol da igualdade de gênero nas organizações. *Revista de Administração FACES Jornal*, v. 22, n. 1, p. 92–109, 2023.

35. RIBEIRO, F. F. M. Q.; MOTA-SANTOS, C. M.; NETO, A. C.; GOMES, M. B. Por que os homens participam menos da divisão do trabalho doméstico? Uma discussão a partir das suas próprias percepções. *Revista Economia e Gestão*, v. 23, n. 64, p. 25–40, 2023.
36. SORJ, B.; FONTES, A. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
37. SALLES, H. K. de; DELLAGNELO, E. H. L. A análise crítica do discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, v. 26, n. 90, p. 414–434, jul. 2019.
38. TONELLI, M. J. Nada de novo no front: as mulheres no mercado de trabalho. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 27, n. 5, p. e230210, 2023.